
- LÍNGUA PORTUGUESA -

QUESTÃO 01

Analise a oração a seguir:

“Depois que comecei a acessar o Facebook diariamente, não consigo mais trabalhar com perfeição”.

As expressões “diariamente” e “com perfeição” são, respectivamente, circunstâncias de:

- (A) modo e afirmação.
- (B) tempo e modo.
- (C) modo e intensidade.
- (D) afirmação e modo.
- (E) tempo e intensidade.

QUESTÃO 02

No que se refere à colocação pronominal, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Ninguém me contou que eles haviam sido expulsos do colégio.

II – Convém dar-lhes a notícia agora mesmo.

III – Nossos amigos do interior chegaram ontem à noite, trazendo-nos muitas notícias boas.

IV – Faça-me o favor de não chegar atrasado para o encontro.

- (A) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa que apresenta a oração com o emprego correto da crase:

- (A) A elevação da temperatura provoca à turbulência.
- (B) O Governador do Espírito Santo veio à Vitória.
- (C) Os funcionários chegaram à comprar as passagens aéreas.
- (D) O jornalista fez alusão à política.
- (E) O jantar foi à convite do noivo.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa cuja preposição indica uma relação de finalidade:

- (A) O momento é bom para investir na bolsa de valores.
- (B) As plantações sofreram com a seca.
- (C) O casal dirigiu-se para a saída da igreja.
- (D) A vítima está em estado de choque.
- (E) Esta é uma peça do diretor paulista.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa que permite a troca de posição do substantivo e do adjetivo:

- (A) carro amarelo.
- (B) pressão arterial.
- (C) notícia importante.
- (D) órgão vital.
- (E) batimentos cardíacos.

**- MATEMÁTICA E
RACIOCÍNIO LÓGICO -**

QUESTÃO 06

A candidata “M”, ao participar de determinado concurso público, acertou 32 (trinta e duas) das 48 (quarenta e oito) questões. A razão entre o número de questões que ela errou para o total de questões da prova é de:

- (A) $2/5$.
- (B) $1/5$.
- (C) $3/2$.
- (D) $1/3$.
- (E) $1/2$.

QUESTÃO 07

Um pintor foi contratado para pintar uma casa no prazo de 3 dias. No primeiro dia, ele pintou 30% da área total do imóvel; no segundo dia, ele pintou 40% do que faltava. Assim, restou a ser pintada no terceiro dia a seguinte porcentagem da área total da casa:

- (A) 50%.
- (B) 42%.
- (C) 30%.
- (D) 46%.
- (E) 52%.

QUESTÃO 08

Um grupo de 8 funcionários analisou 32 propostas de reestruturação de uma determinada empresa em 16 horas de trabalho. Para analisar 48 dessas propostas, em 12 horas de trabalho, um outro grupo de funcionários, em igualdade de condições do grupo anterior, deverá ser composto por um número de pessoas igual a:

- (A) 22.
- (B) 10.
- (C) 18.
- (D) 14.
- (E) 16.

QUESTÃO 09

João Paulo emprestou o montante de R\$ 23.500,00 a seu amigo João Henrique. Ficou acertado que João Henrique pagaria juros simples de 4% ao ano. João Henrique pagou esse empréstimo após 3 anos. O valor total dos juros pagos foi de:

- (A) R\$ 2.820,00.
- (B) R\$ 3.480,00.
- (C) R\$ 2.920,00.
- (D) R\$ 3.080,00.
- (E) R\$ 2.880,00.

QUESTÃO 10

Em uma determinada empresa, todos os funcionários sabem digitar. Alguns desses funcionários sabem atender ao público externo e outros desses funcionários não o sabem. A partir desses dados, é possível concluir que:

- (A) os funcionários que sabem digitar não atendem ao público externo.
- (B) os funcionários que sabem atender ao público externo não sabem digitar.
- (C) os funcionários que não sabem atender ao público externo não sabem digitar.
- (D) qualquer funcionário que sabe digitar também sabe atender ao público externo.
- (E) os funcionários que não sabem atender ao público externo sabem digitar.

- CONHEC. GERAIS E ATUALIDADES -

QUESTÃO 11

Aos 93 anos de idade, Robert Gabriel Mugabe renunciou à presidência de seu país no dia 21 de novembro de 2017, em meio a uma gravíssima crise econômica e pressão de seus opositores. Qual o país dirigido por Mugabe?

- (A) Tanzânia.
- (B) Namíbia.
- (C) Zimbábue.
- (D) Zaire.
- (E) Tunísia.

QUESTÃO 12

No dia 15 de novembro de 2017, um submarino da República Argentina desapareceu dos radares levando a bordo 44 tripulantes. Trata-se do submarino:

- (A) ARA San Telmo.
- (B) ARA San Simón.
- (C) ARA San Firmino.
- (D) ARA San José.
- (E) ARA San Juan.

QUESTÃO 13

No mês de dezembro de 2017, o presidente norte-americano Donald Trump fez uma declaração polêmica ao reconhecer uma cidade como capital de Israel. Trata-se da cidade de:

- (A) Belém.
- (B) Jerusalém.
- (C) Tel Aviv.
- (D) Haifa.
- (E) Nazaré.

QUESTÃO 14

Qual o vencedor do Prêmio Nobel de Literatura no ano de 2017?

- (A) Kazuo Ishiguro.
- (B) Margaret Atwood.
- (C) Ko Um.
- (D) Yan Lianke.
- (E) Ngugi Wa Thiong.

QUESTÃO 15

No dia 23 de maio de 2017, a cantora Ariana Grande apresentava-se para milhares de pessoas em uma cidade inglesa, quando, por volta das 22:35 (horário local), ouviu-se uma forte explosão, o que depois foi descoberto tratar-se de um atentado terrorista suicida. Este trágico evento correu na cidade de:

- (A) Londres.
- (B) Manchester.
- (C) Liverpool.
- (D) Birmingham.
- (E) Westminster.

- INFORMÁTICA -

QUESTÃO 16

Em uma instalação do Windows 7, qual é o procedimento mais adequado para finalizar o aplicativo “Bloco de Notas”, levando em consideração o travamento do sistema?

- (A) reiniciar o computador.
- (B) ativar o Windows Defender.
- (C) abrir o gerenciador de tarefas e finalizar.
- (D) pesquisar na internet.
- (E) formatar o computador.

QUESTÃO 17

No Microsoft Power Point 2010, em sua configuração padrão, há uma excelente forma de exibir apresentações com as anotações do orador em um computador, ao mesmo tempo em que os expectadores visualizam apenas a apresentação sem anotações em um monitor diferente. Essa ferramenta é denominada Modo de Exibição...

- (A) normal.
- (B) de classificação de slides.
- (C) do Mestre.
- (D) do Apresentador.
- (E) de leitura.

QUESTÃO 18

No MS Excel 2010, versão em português, qual é a combinação de teclas para operações com matrizes?

- (A) Ctrl + Alt + Delete.
- (B) Ctrl + Shift + Enter.
- (C) Ctrl + Alt + Enter.
- (D) Ctrl + Tab + Enter.
- (E) Ctrl + Insert + Enter.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa que apresenta o conceito correto de URL (Uniform Resource Locator).

- (A) endereço virtual.
- (B) memória virtual.
- (C) processador virtual.
- (D) arquivo virtual.
- (E) site virtual.

QUESTÃO 20

No que se refere à manipulação de arquivos e pastas no Windows 7, assinale a opção INCORRETA:

- (A) A extensão de um arquivo pode indicar qual aplicativo pode manipulá-lo.
- (B) Quando um arquivo é copiado para outra pasta, todos os seus atributos também são copiados.
- (C) Para um arquivo ser movido de uma pasta para outra é usado o comando “Recortar”.
- (D) A formatação de um dispositivo apaga todos os arquivos contidos nele.
- (E) O “Desktop” ou “Área de Trabalho” é uma pasta temporária do Windows, onde são armazenados arquivos que foram eliminados do sistema, mas que ainda podem ser recuperados.

Rascunho:

- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS -**QUESTÃO 21**

Suponha que o Presidente da República deseje legislar sobre as condições de elegibilidade de candidatos para o exercício de mandatos eletivos. Para isso, Sua Excelência solicita ao Congresso Nacional autorização para elaborar lei delegada, na forma do disposto no art. 68 da Constituição Federal.

Por sua vez, o Poder Legislativo Federal, entendendo pela conveniência política e pela validade jurídica do pedido do Chefe do Poder Executivo, elabora a competente resolução fixando o objeto da delegação e determinando que, após a elaboração do projeto de lei delegada, este passará pela análise e apreciação do Congresso Nacional em votação única.

Acerca desta situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) a forma do ato jurídico de delegação da função legislativa ao Poder Executivo foi realizada de maneira equivocada já que o instrumento jurídico correto para tanto é o decreto legislativo.

(B) a situação descrita consubstancia hipótese de delegação típica da função legislativa.

(C) a delegação padece de vício material de inconstitucionalidade por esbarrar em vedação quanto à matéria delegada.

(D) o procedimento adotado pelo Congresso Nacional e a solicitação do Poder Executivo estão em conformidade com a Constituição Federal.

(E) quando o projeto de lei delegada retornar do Poder Executivo para apreciação do Congresso Nacional, poderão os deputados e senadores emendá-lo.

QUESTÃO 22

São direitos fundamentais de 1ª dimensão:

(A) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

(B) Saúde, educação, segurança e lazer.

(C) Direito de petição.

(D) Seguro-desemprego.

(E) Mandado de segurança.

QUESTÃO 23

Acerca do controle de constitucionalidade de leis municipais, assinale a alternativa correta:

(A) É vedado em qualquer hipótese o controle concentrado e abstrato de constitucionalidade de lei municipal perante o STF.

(B) A lei municipal somente pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade junto ao STF, tendo como paradigma a Constituição Federal.

(C) É cabível recurso extraordinário, dirigido ao STF, interposto em face de decisão de Tribunal de Justiça local que julga inconstitucional lei municipal contrastada perante a Constituição Estadual, desde que o paradigma de constitucionalidade estadual seja norma de reprodução obrigatória pelo Estado-Membro por força do princípio da simetria.

(D) A lei municipal pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, sendo incabível o controle difuso.

(E) Tendo em vista o papel peculiar do Município na Federação Brasileira, somente é possível o controle de constitucionalidade de lei municipal pela via difusa.

QUESTÃO 24

A política agrícola e fundiária desenhada pela Constituição Federal prevê que:

- (A) Compete à União e ao Estado-membro promover a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, desde que o imóvel rural não esteja cumprindo sua função social.
- (B) A desapropriação para fins de reforma agrária será indenizada em dinheiro ou em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação real, resgatáveis no prazo de até 20 (vinte) anos.
- (C) O rito procedimental do processo judicial de desapropriação para fins de reforma agrária será estabelecido pelo Código de Processo Civil ou pela legislação ordinária especial.
- (D) São imunes apenas aos impostos federais e estaduais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- (E) É insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.

Rascunho:

QUESTÃO 25

Considerando o regime jurídico dos contratos administrativos e suas características, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato administrativo é formal, bilateral, comutativo e, em regra, *intuitu personae*.
- (B) Não se aplica a cláusula *rebus sic stantibus* aos contratos administrativos.
- (C) Os contratos administrativos se assemelham aos contratos particulares no aspecto em que as partes estão no mesmo plano jurídico e não há entre elas supremacia.
- (D) Se o Município de Guareí for uma das partes em um dado contrato, certamente este contrato será regido pelo regime jurídico administrativo da Lei Federal nº 8.666/1993.
- (E) É vedado ao Município modificar o contrato administrativo de forma unilateral, já que vigora nesta relação jurídica os inderrogáveis brocados do *pacta sunt servanda* e *lex inter partes*.

QUESTÃO 26

Sobre a revogação dos atos administrativos, aponte a alternativa correta.

- (A) Todos os atos administrativos estão sujeitos à revogação, já que se trata de poder inerente à Administração decidir sobre a conveniência e a oportunidade de sua ação diante do interesse público.
- (B) A revogação tem lugar quando o Poder Judiciário, ao sindicarem o ato administrativo, identifica nele vícios insanáveis de legalidade.
- (C) A revogação do ato administrativo revogador não tem o condão de fazer repriminar o ato inicialmente revogado.
- (D) A revogação tem efeitos *ex nunc* e retroage à data da edição do ato administrativo.
- (E) Ponderando acerca da oportunidade da prática do ato administrativo discricionário, é lícito ao Poder Judiciário revogá-lo, diante do princípio constitucional inafastabilidade da jurisdição.

QUESTÃO 27

A desapropriação é modalidade de intervenção supressiva do Estado na propriedade, cuja normatização está positivada no Decreto-lei nº 3.365/1941.

Acerca da desapropriação, é **incorreto** afirmar que:

(A) É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República.

(B) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União.

(C) A imissão provisória na posse do ente expropriante poderá ser feita, independente da citação do réu, mediante o depósito da quantia correspondente a 10 (dez) vezes o valor locativo, estando o imóvel sujeito ao IPTU e sendo menor o preço oferecido.

(D) A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de 5 (cinco) anos, contados da data da expedição do respectivo decreto, sob pena de caducidade.

(E) Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial.

Rascunho:

QUESTÃO 28

A Lei Federal nº 11.079/2004 regula o regime jurídico da Parceria Público-Privada.

Sobre este assunto avalie os itens abaixo.

I – A Parceria Público-Privada é espécie de contrato administrativo de concessão de serviço público, na modalidade patrocinada ou administrativa.

II – É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

III – O contrato de Parceria Público-Privada poderá ter como objeto único o fornecimento de mão-de-obra ou a execução de obra pública, desde que justificado o interesse público.

IV – A modalidade concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta.

Assinale a alternativa correta, considerando os itens acima:

(A) os itens I, II e IV estão corretos.

(B) apenas o item I está correto.

(C) Todos os itens estão incorretos.

(D) apenas o item II está correto.

(E) apenas o item IV está correto.

QUESTÃO 29

A Lei Orgânica do Município de Guareí demanda que o Prefeito Municipal se utilize de Decreto para formalizar o seguinte ato administrativo:

(A) lotação e relocação nos quadros de pessoal.

(B) permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais.

(C) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades.

(D) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa.

(E) criação de Comissões e designação de seus membros.

QUESTÃO 30

Quanto à administração dos bens componentes do patrimônio municipal, a Lei Orgânica do Município de Guareí determina que:

- (A) Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, inclusive em relação àqueles utilizados em serviços da Câmara Municipal.
- (B) O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, não edificados, contratará concessão de direito real de uso, nos termos da legislação federal, mediante prévia autorização legislativa e concorrência.
- (C) A permissão de uso dependerá de lei que a autorize, podendo incidir sobre qualquer bem público do Município, a título precário.
- (D) É vedado ao Município alugar a terceiros máquinas, equipamentos e veículos.
- (E) A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obra pública, independe de prévia avaliação e autorização legislativa, conforme demanda a legislação federal.

QUESTÃO 31

Quanto ao processo legislativo municipal, a Lei Orgânica do Município de Guareí demanda que seja objeto de lei complementar diversas matérias, exceto:

- (A) Código Tributário Municipal.
- (B) Código de Obras ou de Edificações.
- (C) Plano Diretor.
- (D) Código de Zoneamento.
- (E) Política de Assistência Social.

Rascunho:

QUESTÃO 32

Considerando a organização constitucional do Sistema Tributário Nacional, é possível ao Município, como componente da Federação, cobrar diversos tributos, exceto:

- (A) contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- (B) imposto sobre a propriedade territorial rural.
- (C) taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis.
- (D) imposto sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física.
- (E) imposto sobre operações ocorridas em seu território relativas à circulação de mercadoria.

QUESTÃO 33

A Constituição Federal, em seu art. 146, reserva à lei complementar a incumbência de dispor sobre:

- (A) criação de limitações ao poder de tributar.
- (B) normas gerais em matéria de legislação tributária especialmente sobre fatos geradores, base de cálculo e contribuintes acerca dos impostos, taxas e contribuições sociais.
- (C) conflito de competência entre os entes da federação, em matéria tributária.
- (D) tratamento diferenciado e favorecido para as pequenas e médias empresas, bem como a instituição de regimes especiais de tributação.
- (E) prescrição, decadência, isenção e remissão, dentre outras hipóteses de extinção do crédito tributário.

Rascunho:

QUESTÃO 34

Sobre o rito especial do processo de execução fiscal instituído pela Lei Federal nº 6.830/80, é correto afirmar que:

- (A) a Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- (B) A citação pessoal do executado interrompe a prescrição.
- (C) O executado oferecerá embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação da penhora ou do depósito da quantia executada.
- (D) Diante do art. 3º do Código Tributário Nacional, não é lícito à Fazenda Pública adjudicar bens móveis ou imóveis penhorados em sede de execução fiscal, já que tributo é uma prestação exclusivamente pecuniária.
- (E) Em qualquer fase do processo, será deferida pelo Juiz ao executado, a substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Rascunho:

QUESTÃO 35

A sujeição passiva é um dos temas centrais do Direito Tributário e possui um regramento exclusivo, típico desde ramo do Direito.

Acerca da responsabilidade por sucessão, é correto afirmar que:

- (A) O espólio é responsável pelo adimplemento dos tributos devidos pelo *de cujus* desde a data da abertura da sucessão até a partilha.
- (B) A pessoa jurídica que adquire de outra, por qualquer título, estabelecimento ou fundo de comércio e continua exploração da atividade, é responsável integralmente pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- (C) Há sucessão de débitos tributários em caso de alienação judicial em processo de falência, respondendo o adquirente do estabelecimento pelos tributos devidos pelo falido.
- (D) O adquirente de bens móveis está exonerado de adimplir os tributos relativos aos bens adquiridos.
- (E) Arrematado o bem imóvel em hasta pública, o arrematante, sucessor tributário aos olhos do Código Tributário Nacional, deve depositar o valor devido a título dos tributos incidentes sobre o imóvel em até 48 horas, sob pena de perda da caução ofertada ao juízo da execução e desfazimento da arrematação.

Rascunho:

QUESTÃO 36

A Constituição Federal, em seu art. 167, prevê diversas limitações à execução orçamentária, vedando a prática de determinadas condutas por parte do Administrador Público na gestão financeira do ente federativo.

Diante destas vedações, é correto afirmar que:

(A) A instituição de fundos de natureza contábil para melhor gerir os recursos públicos e destiná-los às despesas autorizadas pela lei orçamentária anual pode ser feito por meio de decreto do chefe do Poder Executivo.

(B) É possível, através de autorização por lei específica, o remanejamento de recursos do orçamento fiscal ou da seguridade social para se cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

(C) A vinculação da receita oriunda de impostos à órgão, fundo ou despesa somente é possível para fazer frente aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

(D) É constitucional a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos pela União ou pelos Estados para pagamento de despesas com pessoal ativo do Município.

(E) Desde que justificada e fundamentada por decisão do Ministro de Estado da pasta competente, é possível o início de programa ou projeto não incluído da LOA.

QUESTÃO 37

Em seu art. 169, a Carta Magna determina que a despesa com pessoal não poderá ultrapassar os limites estabelecidos em lei complementar. Assim, por força da Lei Complementar nº 101/2000, o Município não poderá permitir que sua despesa com pessoal exceda o percentual de:

- (A) 75%
- (B) 50%
- (C) 60%
- (D) 45%
- (E) 22,5%

QUESTÃO 38

A doutrina costuma conceituar como receita pública o ingresso definitivo de recursos nos cofres públicos.

Acerca da classificação das receitas, conforme preceitua a Lei Federal nº 4.320/1964, é correto afirmar que:

(A) É receita corrente aquela que resulta de atividade própria do Estado, sendo exemplo a receita de origem tributária, agropecuária e industrial.

(B) O superávit do Orçamento Corrente, resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, constituirá item de receita orçamentária.

(C) A receita de contribuições sociais é espécie de receita originária.

(D) A conversão de bens e direitos em dinheiro (inversão financeira) gera receita corrente.

(E) A receita classifica-se nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes, Receitas Transferidas e Receitas de Capital.

Rascunho:

QUESTÃO 39

A Lei Complementar nº 101/2000, buscando instituir a responsabilidade na gestão fiscal no âmbito dos entes públicos, previu que a receita pública somente pode ser objeto de renúncia se atender as suas disposições.

Considerando as normas de renúncia de receita previstas nesta lei, assinale a assertiva correta.

(A) A renúncia de receita deve obrigatoriamente estar acompanhada de medida compensatória por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

(B) Ao determinar a redução de alíquotas do IOF (imposto sobre operações financeiras) e do II (imposto de importação), é necessário percorrer o procedimento instituído pela lei complementar em apreço para compensar a renúncia de receita.

(C) Entende-se por renúncia de receita, dentre outras a concessão de anistia, remissão e isenção tributária. Porém, a redução da base de cálculo de imposto não é espécie de renúncia de receita.

(D) O cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança depende da observância dos requisitos da Lei Complementar nº 101/2000, no que tange à renúncia de receita.

(E) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além de atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias que poderá estabelecer condições adicionais para efetivação da renúncia de receita.

QUESTÃO 40

Os artigos 166 a 184 do Código Civil detalham a Teoria das Nulidades do negócio jurídico.

Considerando a disciplina legal supra, aponte a assertiva que se coaduna com a sistemática atual das nulidades.

(A) É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

(B) O prazo prescricional para anular contrato de compra e venda pactuado mediante estado de perigo é de 3 (três) anos contados do dia em que se realizou tal negócio jurídico.

(C) Anulação do negócio jurídico possui efeito *ex nunc*.

(D) Praticado o negócio jurídico em desacordo com a forma prescrita em lei, este será anulável e o decreto judicial de nulidade depende de provocação das partes.

(E) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes.

Rascunho:

QUESTÃO 41

O atual Código Civil preceitua que violado um direito, nasce para o seu titular uma pretensão, que pode ser extinta pela prescrição.

Segundo recente julgado do Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial representativo de controvérsia (REsp nº 1.483.930/DF), as taxas condominiais, por serem dívidas líquidas constantes de documentos públicos ou particulares, estão sujeitas ao prazo prescricional de:

- (A) 1 ano.
- (B) 3 anos, tendo havido interpretação analógica ao caso, aplicando-se o prazo prescricional relativo aos aluguéis de prédios urbanos.
- (C) 4 anos.
- (D) 5 anos.
- (E) 10 anos, já que a lei expressamente não fixa prazo menor para a cobrança das taxas de manutenção de condomínios.

QUESTÃO 42

Pela sistemática do Novo Código de Processo Civil, é preferível que o ataque às decisões interlocutórias se faça preliminarmente no julgamento da apelação. Assim, houve a introdução do princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.

Pelo casuísmo legal e diante da taxatividade das hipóteses de interposição de agravo de instrumento, este recurso somente será cabível em face de decisão que verse sobre:

- (A) Distribuição ordinária do ônus da prova.
- (B) Forma de citação do réu.
- (C) Saneamento e organização do processo.
- (D) Resolução parcial do mérito em julgamento antecipado.
- (E) Escolha de perito e indeferimento de oitiva de testemunha.

QUESTÃO 43

Um das novidades mais festejadas do Novo Código de Processo Civil foi o regramento da tutela provisória. Acerca deste de provimento jurisdicional, assinale a alternativa correta.

(A) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Se de urgência, somente poderá ser concedida em caráter incidental.

(B) A tutela da evidência depende os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

(C) Tendo em vista a nítida especificação e o preciso detalhamento realizado pelo Novo Código de Processo Civil, a tutela cautelar e a tutela provisória não mais são fungíveis entre si.

(D) A petição inicial da ação que buscar a tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, sendo o réu citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.

(E) A tutela da evidência poderá ser concedida quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, em súmula persuasiva dominante ou em súmula vinculante;

QUESTÃO 44

Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando os princípios abaixo, exceto:

- (A) Proporcionalidade.
- (B) Razoabilidade.
- (C) Legalidade.
- (D) Eficiência.
- (E) Supremacia do acordado sobre o legislado.

QUESTÃO 45

Conforme o Novo Código de Processo Civil, a sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz põe termo à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

Sobre a sentença, é **incorreto** afirmar que:

(A) São elementos essenciais da sentença o relatório, os fundamentos e o dispositivo.

(B) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

(C) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la para correção, de ofício ou a requerimento da parte, de inexatidões materiais ou erros de cálculo; por meio de embargos de declaração; para retratar-se diante do efeito regressivo do recurso de apelação quando do indeferimento da petição inicial.

(D) Se, depois de proposta a ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz rechaçá-lo, de ofício, já que pelo princípio da adstrição é vedado ao juiz conhecer de fato não consignado em momento processual oportuno.

(E) A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.

Rascunho:

QUESTÃO 46

A Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Assinale a assertiva correta, sobre os aspectos econômicos e sociais relativo a este serviço público.

(A) Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre, através de repasses e transferências de recursos da União.

(B) Sendo serviço público de interesse público prestado pelo Município de forma privativa, o abastecimento de água e esgotamento sanitário serão remunerados preferencialmente por taxa.

(C) É vedada a concessão de subsídio destinado ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda, devendo para estes locais a tarifa ser seletiva.

(D) Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

(E) No contrato de concessão de serviço público de saneamento básico, por ter disposição específica na lei de diretrizes nacionais, é inviável a revisão de tarifas, mesmo que se verifique a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Rascunho:

QUESTÃO 47

Ação popular é um dos meios de se exercer a cidadania, provocando o Poder Judiciário para anular ou a declarar a nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, assim entendido como os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico. Sobre esta ação para a defesa dos interesses difusos, assinale a alternativa correta.

(A) A pessoas jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

(B) Não há necessidade legal de o Ministério Público acompanhar o trâmite da ação popular como *custos legis*.

(C) O autor da ação deve comprovar juntamente com a petição inicial a adimplência das taxas judiciárias devidas pela prestação do serviço público específico e divisível da jurisdição, que incidem normalmente, afastando-se o ônus da sucumbência, salvo, neste último caso, se verificada a má-fé do autor.

(D) O prazo de contestação é de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, se a Fazenda Pública for ré.

(E) A tutela pleiteada na ação popular é apenas declaratória de nulidade, não sendo viável juridicamente pleitear tutela condenatória para obrigar os responsáveis a reparar os danos acarretados ao patrimônio público.

Rascunho:

QUESTÃO 48

Considere o seguinte tipo penal: “Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”.

A conduta acima corresponde ao crime de:

- (A) Peculato próprio.
- (B) Corrupção ativa.
- (C) Corrupção passiva.
- (D) Concussão.
- (E) Peculato mediante erro de outrem.

QUESTÃO 49

É crime de responsabilidade praticado pelo Presidente da República Federativa do Brasil contra a lei orçamentária a seguinte conduta descrita pela Lei 1.079/1950:

- (A) Captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
- (B) Exceder ou transportar verba do orçamento.
- (C) Liquidar integralmente de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, com juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro.
- (D) Ordenar a redução do montante da dívida consolidada, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal.
- (E) Não apresentar ao Congresso Nacional a proposta do orçamento da República dentro dos primeiros 6 (seis) meses de cada sessão legislativa.

QUESTÃO 50

Segundo o Decreto-lei nº 201/1967, é crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, a seguinte conduta:

- (A) Impedir o funcionamento regular da Câmara.
- (B) Desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.
- (C) Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.
- (D) Deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária.
- (E) Empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam.